



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4853 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT06 - Educação Popular

ARTICULANDO EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR
Heloiisa Josiele Santos Carreiro - Prefeitura Municipal de Petrópolis
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

ARTICULANDO EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Resumo

O artigo apresenta um percurso indissociável de Ensino, Pesquisa e Extensão que vimos desenvolvendo em uma universidade situada em região de desigualdades sociais, econômicas e educacionais, dentro dos debates que analisam os efeitos das políticas educacionais desenvolvidas pelos sistemas públicos de educação. O artigo pressupõe a centralidade, em escala local, da importância de se investigar repercussões e impactos de experiências de intervenção comunitárias realizadas a partir de projetos extensionistas junto aos diferentes sujeitos que vivem nas favelas e bairros populares do entorno de uma faculdade localizada no sudeste brasileiro. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentadas em pressupostos da Educação Popular acompanhamos os projetos extensionistas, que desenvolvem uma intervenção comunitária a partir do grupo de pesquisa através de fóruns constituídos junto aos setores públicos e da sociedade. A pesquisa tem avançado na formulação teórica sobre as categorias: intervenção comunitária, poder local e práticas extensionistas em diálogo com pressupostos da Educação Popular.

Palavras-chave: Práticas Extensionistas, Intervenção Comunitária, Educação Popular.

Recordemo-nos sempre de que sonhar é procurarmo-nos.

(Fernando Pessoa)

INTRODUÇÃO

Em nosso longo percurso de Pesquisas e Formação de Professores no interior de uma universidade pública, temos nos desafiado a pensar e a praticar o processo que consideramos indissociável de Ensino, Pesquisa e Extensão em diálogo com pressupostos teóricos e metodológicos do campo da Educação Popular.

Tais desafios, que compreendemos ser políticos, epistemológicos, pedagógicos e institucionais, longe de arrefecer o nosso desejo de *ser mais* (FREIRE, 1987) tem nos convocado à produção de *inéditos viáveis* (FREIRE, 2010), sobretudo à produção de ações e projetos extensionistas e de iniciação científica em diálogo com a perspectiva freireana de “intervenção comunitária”, tal como nos provoca a pensar Paulo Freire (1987, p. 53) quando este afirma que “sem intervenção democrática do educador ou da educadora, não há educação progressista”, o que em nossa concepção educativa implica numa educação emancipatória, que tem com horizonte praxiológico, a autonomia de pensamento e ação coletiva dos sujeitos envolvidos. A partir dessa breve introdução, gostaríamos de afirmar que o trabalho em tela apresenta duas experiências extensionistas realizadas por um mesmo grupo de pesquisa sediado numa Faculdade de Formação de Professores localizada na periferia da região metropolitana de um estado da região sudeste do Brasil. As experiências extensionistas vem tendo como principais sujeitos da *intervenção comunitária* (FREIRE, 1987) professores(as), estudantes de diferentes cursos de Licenciaturas, e moradores(as) das favelas e de bairros populares do entorno da Faculdade citada, sobretudo crianças de 04 a 12 anos e suas famílias.

Objetivando o diálogo com possíveis leitores(as) organizamos a arquitetura do presente texto em três seções, que esperamos que dialoguem entre si, bem como as considerações finais, que longe de serem conclusivas, e/ou prescritivas, procuram abrir-se para outros percursos e questões de investigação.

Como já afirmamos anteriormente, vimos tendo como desafios epistêmicos e políticos continuar produzindo modos de enfrentamento e resistências ao terrível cenário que a conjuntura brasileira vem desenhando desde o golpe de estado desferido em 2016, que resultou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, e na assunção presidencial de um vice-presidente sem qualquer legitimidade popular, bem como no desfecho do golpe que contribuiu para o resultado das eleições de 2018, reiterando que em inúmeros estados brasileiros, sobretudo na região sudeste, a arquitetura do golpe acarretou inúmeros impactos, econômicos, políticos, sociais e educacionais, tais como o desmonte do estado, a precarização dos serviços públicos, e a prisão por corrupção de vários políticos e parlamentares, tais como governadores, deputados estaduais, e empresários de diferentes setores, além da forte retração econômica, políticas de desindustrialização, desinvestimento e profunda crise de representação política, ampliando drasticamente o desemprego, o aumento da pobreza, ao crescimento da população em vulnerabilidade social, a violência urbana, sobretudo entre os jovens pretos e pobres e moradores de periferias urbanas.

É nesse cenário descrito de forma bastante abrangente, é que afirmamos que, continuar insistindo no papel político e epistemológico de projetos de iniciação científica e ações extensionistas, fundamentadas nos pressupostos da Educação Popular (STRECK, 2014), tendo a *intervenção comunitária* como um desafio político e pedagógico, praticada como um dispositivo fecundo, à medida que “procurar saídas onde parece não ter portas”, torna-se um compromisso político, um modo de luta, uma forma de (re)existência e atualização da esperança freireana em nós.

CONTEXUALIZANDO O TERRITÓRIO DE NOSSAS AÇÕES

Retratado como o terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro/Brasil, com 1077.687 habitantes (IBGE[1], 2010), quanto ao aspecto educacional, o município do leste fluminense apresenta uma taxa de alfabetizados de 88,42%, sendo o maior índice no Distrito de Neves (91,8%). São cerca de 80 escolas da rede municipal distribuídas desigualmente em 92 bairros o que representa um número insuficiente quanto ao atendimento da demanda populacional. Estes dados demonstram que as políticas educacionais no município são oferecidas de forma desigual, o que nos permite inferir que o direito à educação é desigualmente ofertado entre bairros com menores e maiores índices sócio-econômicos. Vale dizer que bairros mais populosos e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são desprovidos de um maior número de unidades escolares para atender às populações escolarizáveis que neles residem.

Através de nossas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão temos nos dedicado a analisar os impactos produzidos sobre o acesso e o direito à educação no município de em tela, a partir da implantação do seu Plano Municipal de Educação, cujas metas estabelecidas para o decênio (2016-2026) nos convocam a investigar sobre as suas repercussões no processo de democratização do direito à escolarização de crianças, jovens e adultos neste município.

No presente texto, apresentamos uma breve discussão sobre dois projetos desenvolvidos nos últimos dez anos, bem como os principais resultados alcançados, informando os avanços teóricos e metodológicos ora resultantes de nossa inserção nos fóruns permanentes de debates articulados junto aos setores públicos educacionais, tanto na Faculdade de Formação de Professores e em instituições da sociedade civil organizada no município.

Destacamos que uma das principais contribuições acadêmicas dos projetos de Pesquisa e Extensão tem sido em avançar nas formulações teóricas e práticas sobre as categorias intervenção comunitária, poder local, direito à educação, movimentos sociais e Educação Popular.

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A QUESTÃO DA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: O QUE PODEMOS FAZER JUNTOS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS NA CIDADE?

A rigor, por se tratar de um estudo sobre práticas extensionistas, por nós denominadas com base em Freire (1987) de *intervenções comunitárias*, o município vêm se constituindo em *locus* privilegiados para analisarmos a efetivação do direito à educação e dos dispositivos que possam assegurar este direito em toda a sua plenitude. Vale dizer que as medidas político-pedagógicas pensadas e sistematizadas pelo *poder local* (LESBAUPIN, 2000; VAINER, 2002) precisam convergir para o atendimento deste direito tanto do ponto de vista da sua universalização quanto do ponto de vista da qualidade com que este direito será e/ou está sendo usufruído pela população. Com base nos referidos autores, entendemos por *poder local* o conjunto de forças produzidas em um determinado território entre governos locais e sociedade civil, cujas relações de poder e representação política são continuamente engendradas e disputadas em face às reivindicações e demandas relativas aos direitos e políticas públicas.

Neste sentido, a partir do trabalho indissociado de pesquisa, ensino e extensão realizado na universidade, vimos procurando implementar e discutir práticas extensionistas, tanto à luz de documentos produzidos quanto das práticas extensionistas realizadas, e que aludem ao processo de democratização e de consolidação do direito à educação de crianças, jovens e adultos das favelas e periferias urbanas da cidade, intencionando a formulação de experiências de intervenção comunitária, a despeito de uma cultura política centralizadora ainda muito organizada em torno da formulação e implantação de políticas mais gerais e verticalizadas.

Em minucioso estudo desenvolvido por Cunha (1991), este autor nos remete às iniciativas produzidas no campo das políticas educacionais, e que atendessem os interesses das classes populares pelo direito à educação. Em sua pesquisa, Cunha analisa as experiências bem sucedidas nos municípios de Boa Esperança (ES), Lages (SC) e Piracicaba (SP) no período de 1977 a 1983 e que se tornaram, nas palavras do autor, *paradigmas da democracia participativa, inclusive em termos de ensino público* (p.13).

Lesbaupin (2000), por sua vez, recupera o esforço investigativo de Cunha e analisa terem sido estas experiências um marco na democracia direta que engendradas por governos democráticos estimularam a participação popular na gestão das políticas públicas sociais, materializando, através da gestão pública participativa, um vigoroso instrumento de enfrentamento à exclusão social.

Estas iniciativas se inserem em um conjunto mobilizações de diversas frentes de caráter democrático e popular que contribuíram para o processo de reconstrução do estatuto do Estado Democrático de Direitos, após o fim da ditadura civil-militar. Lembramos, aqui, os movimentos pela convocação de uma assembléia nacional constituinte, as eleições diretas para a presidência da república, culminando com a promulgação da Constituição Federal em 1988.

A Carta Magna promulgada há mais de trinta anos (1988-2019) vai reconfigurar as competências institucionais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, conferindo, aos municípios dimensões políticas mais ampliadas e sem precedentes na história brasileira republicana, como bem aponta as considerações de Cunha(1991).

Porém, nas últimas décadas, o contexto político brasileiro orquestrado pelas orientações neoliberais, vem alimentando estrategicamente o protagonismo dos municípios, efetivando o seu desempenho na condição de principal instância de administração, sustentando localmente as mudanças na formulação das políticas públicas sociais, a partir de uma nova agenda escrita pela reforma do Estado (LESBAUPIN, 2000).

Este contexto tem suscitado reflexões sobre a problemática da descentralização das políticas educacionais no Brasil, refletindo os diferentes processos e as experiências de municipalização do ensino, considerando encontrar-se esta problemática dentro das fronteiras político-institucionais, cujas medidas, voltadas para a garantia do direito à educação, seguem o curso dos interesses em disputa e expressam as condições de produção e os conflitos dos grupos sociais que lutam pela hegemonia de sua determinação.

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PROJETOS DE EXTENSÃO À LUZ DE UMA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: SÁBADOS NO PARAÍSO E AS TENDAS LITERÁRIAS

Em São Gonçalo, um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro e território de nossas “pesquisas interessadas”, a pluralização das experiências infantis, os diferentes modos de ser criança, bem como a heterogenização da infância como categoria geracional, vem colocando questões nodais para as diferentes agências sociais “reguladoras” da infância, como a família, a escola, os *mass-media*, etc. Diante desse cenário, brevemente exposto na introdução desse texto, gostaríamos de problematizar algumas questões que temos procurado compreender coletivamente nos espaços em que trabalhamos/pesquisamos: afinal, o que a(s) infância(s) vêm falando/fazendo que vêm deixando sobressaltado o “mundo da escola”? Existe a infância, e/ou as infâncias são apenas “construções inventadas”? Muitas perguntas e com certeza muitas respostas e novas perguntas.

No desafio de procurar compreender e responder, mesmo que de forma provisória a estes questionamentos, vimos desenvolvendo desde 2009, um projeto de extensão universitária que busca articular teórica e metodologicamente os pressupostos da Sociologia da Infância (FARIA & FINCO, 2011) na compreensão das infâncias locais, sobretudo das infâncias pobres que vivem em áreas faveladas no entorno de nossa Faculdade de Formação de Professores. Abaixo procuraremos apresentar uma reflexão sobre o projeto em tela e suas relações com a Extensão Universitária pensada a partir de seu caráter popular e como intervenção comunitária (FREIRE, 1992).

O compromisso político e epistemológico que nos inspira na realização do projeto de extensão Sábados no Paraíso, vem sendo nutrido pelo diálogo permanente que vimos realizando com Freire (1992), especialmente, no que tange ao papel político que esse pensador identifica nas atividades extensionistas produzidas no interior das Universidades públicas brasileiras.

Considerando o papel político-cultural de uma universidade pública numa cidade com mais de um milhão de habitantes e com um baixo índice de escolaridade de sua população, entendemos que, construir uma alternativa cultural, e não apenas acadêmica no município, implica em pensar a formação de professores em sua dimensão estético-política ampliando os fundamentos dos trabalhos extensionistas e de iniciação científica junto à formação inicial de professoras da(s) infância(s), principalmente no curso de Pedagogia de nossa universidade. Nessa perspectiva, o projeto se estrutura segundo a seguinte metodologia: apresentação de um filme de animação, nacional e/ou estrangeiro, debate com as crianças e familiares sobre o filme, e a realização de oficinas culturais, muitas vezes tendo artistas da cidade como convidados. Podemos ver, então, ser colocado em prática um conceito de Paulo Freire que vem sendo um dos nossos conceitos norteadores, o de educabilidade, tendo como fundamento ético-político, o diálogo entre grupos intergeracionais, tais como crianças e seus familiares.

INFÂNCIA, CINEMA E LITERATURA NUMA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Do ponto de vista conceitual, concebemos a infância como uma construção social, resultante de processos histórico-culturais e contextos territoriais específicos, nos quais cada sociedade estabelece seu conceito de infância, podendo este ser alterado, de acordo com a cultura, classe social, etnia, gênero e com as mudanças sociais e culturais ocorridas tanto no plano micro, como macrosocietário. Em nossos trabalhos extensionista e de iniciação científica, vimos entendendo as crianças como atores sociais de pleno direito. Do ponto de vista dos(as) autores(as) com os quais trabalhamos, vimos considerando a criança um ator social, isto é, um sujeito de direito, mas inserido em uma sociedade adultocêntrica que (ainda) tem muitas dificuldades em reconhecer a cidadania infantil. Do ponto de vista territorial e geográfico, pensamos a cidade como lugar de aprendizado e da construção de uma necessária solidariedade entre todos os segmentos educativos e culturais que se (pre)ocupam com a criança pequena. Atualmente, as crianças que participam dos Sábados no Paraíso e das atividades da Tenda Literária passam a maior parte do dia em instituições educativas, tais como creches e (pré)escolas, convivendo muitas vezes em espaços pouco preparados para elas, sob a lógica espacial/organizacional dos adultos, e a circulação das infâncias no espaço urbano tem ficado cada vez mais restrita ao caminho casa-escola.

E ainda que a criança circule por diferentes lugares, pouco ou quase nada lhe é permitido no sentido de apropriar-se e fluir a cidade, pois na maioria das vezes, a sua circulação é contida no espaço de casa e/ou na escola. Assim, perguntamos: como possibilitar que os *pequenos* cresçam exigindo respeito e dignidade, se o direito à cidade na qual vivem lhes é dificultado? Pode parecer paradoxal exaltar as potencialidades existenciais (epistemológicas, culturais, sociais, ecosólicas etc.) da cidade, quando no senso comum, no imaginário social, as metrópoles são identificadas como sinônimo de violência, de degradação, de barbárie. O geógrafo Milton Santos (1997) define cidade como o lugar em que o mundo se move mais, e os homens e as mulheres também. De acordo com essa concepção, a cidade seria um dos lugares da educação, pois quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (SANTOS, 1997). Por isso, defendemos a presença crítica e criativa das crianças na cidade, pensando pesquisas e ações extensionistas que se articulem a partir da compreensão da cidade como educadora (TRILLA, 1997). E recebê-las com suas famílias na universidade, representa um esforço político-acadêmico de nossa parte para que esta instituição se abra para o diálogo, para processos de educabilidade e para o acolhimento amoroso das crianças e suas famílias, que via de regra, nunca entram numa Universidade pública.

Desse modo, os Projetos Sábados no Paraíso e Tendências Literárias vem se constituindo para nós como um *inédito viável* (FREIRE, 1987). O inédito viável nos possibilita a indagação/ampliação de nossa capacidade física, intelectual e ética como seres humanos, buscando transcender os limites de uma situação constrangedora de nossa liberdade e cerceamento de nossas possibilidades de *ser mais*, como nos ensina Freire.

Diante dessas questões, o cinema e a literatura podem se apresentar como dispositivos teórico-metodológicos libertários: um inédito viável na perspectiva freireana. O Cinema é um meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1997) que nos (in)forma e que apresenta narrativas fílmicas diversas, tal como a literatura possibilita com suas especificidades no campo das diferentes linguagens, uma contribuição importante para a formação de sujeitos críticos, que possam compreender a complexidade e a multiplicidade da sociedade, e em particular, a sua própria realidade (FANTIN, 2009, p.3). O cinema e a literatura amplificam horizontes, conhecimentos, ideias, sentimentos, sensações, narrativas e desejos. E através dessas ferramentas podemos pensar a educação como experiência, como prática de formação do olhar, de um olhar desacostumado e crítico. Vimos entendendo o papel do cinema e da literatura como capazes de potencializar a formação estética e política da criança, de seu olhar e de sua sensibilidade. Assim, reconhecemos que ver, ouvir e ler demanda implicação, entrega ao outro. A ação de olhar e escutar e sair de si para ver o outro e a realidade segundo seus próprios pontos de vista, segundo sua história (WEFFORT, 1996).

Observa-se então que o ato de olhar/observar envolve vários atos de compreensão e intervenção no que denominamos de realidade: a reflexão, a avaliação e o planejamento; pois todos esses processos se inter cruzam no movimento de pensar a realidade. Trabalhar o cinema e a literatura com crianças pode ativar outras maneiras de olhar, de produzir, de representar e de ler o mundo. Com eles aprendemos com outras culturas, outros olhares, outros modos de pensar, de sentir. E é isso que o projeto extensionista infância e cinema tem nos possibilitado: ver com o olhar do outro, viver a história do outro, estar em outro lugar, em outra época, em outros contextos.

Os projetos são realizados às quintas-feiras e aos sábados, nos desafiando a novas propostas de trabalho, repensando a estratégia de divulgação, visto que as equipes que executam os projetos ainda são pequenas. Freire (2008) nos diz em seus trabalhos de Educação Popular, que a sociedade não educa sozinha, e que tampouco não forma os cidadãos sem a colaboração das demais esferas educativas, tais como escolas, universidades e dentre outros. Dessa forma, os projetos "Sábados no Paraíso e Tendências Literárias", também cumprem a função política de contribuir para formar crianças e adultos que possam exercer a sua cidadania cultural. Percebemos que quando a criança, o adulto, estudantes e os professores, se encontram de maneira curiosa para realizar as atividades inspiradas em filmes e livros, uma rica e interessante troca de saberes e conhecimentos é construída.

Nesta interação intergeracional entre crianças e adultos, acontece um rico e complexo processo de formação e de troca interculturais recíprocas. Troca de conhecimentos que se articulam, e se confrontam com a multiplicidade de conhecimentos de cada sujeito, sendo que muitas vezes o planejamento de cada atividade vai acrescentando e se

diferenciando com a forma que cada um de nós pensou a atividade daquele encontro, provocando uma problematização e ampliação do que foi previsto pelas equipes dos projetos: o encontro como possibilidade de produzir outros encontros, que apesar de não planejados, nos ensinam freireanamente que sempre há outros mundos no mundo.

Do ponto de vista metodológico e das questões de pesquisas dos projetos, temos trabalhado com entrevistas semiestruturadas e conversas livres junto aos familiares das crianças que frequentam as oficinas. No processo de problematização e sistematização das entrevistas realizadas nos encontros com crianças e suas famílias, observamos que muito do que foi aprendido e apreendido pelos familiares das crianças, seus avós, tios, tias, mães e pais na época de suas infâncias, incluindo aqui também a adolescência, originou-se na observação de atividades e práticas desenvolvidas por aqueles que os educavam. Nesse sentido, vimos buscando uma reflexão sobre as ações educativas que despertaram nesses sujeitos desejos de conhecer, saberes que se ampliariam com a chegada da vida adulta. Pensando sobre essa experiência, consideramos nesse contexto, os conceitos de emancipação intelectual e educação popular encontrados nas obras de Paulo Freire e Jacques Rancière. Em espaços de pobreza econômica e abandono pelo poder público como nas favelas e periferias urbanas, a emancipação intelectual torna-se um desafio e se faz necessária politicamente, e como direito humano. De modo geral, para os moradores dessa região, somente parece ter valor a educação adquirida na escola tradicional, governamental e, de fato, essa é uma ideia na qual todos são orientados a acreditar (RANCIÈRE, 2002). Há de se investir na igualdade das inteligências na contramão daquilo que é imposto às camadas mais pobres da sociedade. Trata-se aqui de um mecanismo de despertar a curiosidade, a criatividade, a emancipação e os diálogos intergeracionais podem contribuir nesse movimento de troca de conhecimento por uma educação libertadora.

Assim, compreendemos ser urgente práticas educativas, como por exemplo, projetos extensionistas e de iniciação científica voltados para as vivências dos sujeitos envolvidos, com a conscientização do seu papel político-social. Uma prática educativa que transforme todo o espaço ao seu redor em uma grande ágora, num espaço de encontro e aprendizagens mútuas.

O antropólogo Gilberto Velho, em seu artigo “Cultura Popular e Sociedade de Massas: uma reflexão antropológica” (1993, p.57) procura situar a “cultura” em nossa sociedade, apontando para o fato de que todos os homens e mulheres interagem socialmente e participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visão de mundo, rede de significados – é a natureza humana. “A cultura é um conceito que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros” (p.13). Por conseguinte, se há uma multiplicidade de grupos sociais homogêneos entre si e heterogêneos uns dos outros, pode-se conceber a pluralidade de culturas, isto é, a diversidade cultural que compõe a nossa sociedade. O que de certa forma, Freire já nos ensinava em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (1992) no qual já desafiava a universidade e seus agentes a pensar a questão do diálogo intercultural como condição política e epistêmica fundamental para a democratização e a circulação dos saberes entre a universidade e o povo, dando materialidade à concepção de uma universidade socialmente referenciada, pautada na educação popular.

Em diálogo com o pensamento Freireano (1987), acreditamos que a formação política dos sujeitos não deveria estar desagregada da sua formação pedagógica e vida cotidiana, ou seja, teríamos uma pedagogia voltada para os atores sociais, trabalhada “com” eles e não “para” eles. Há uma busca pelos espaços, práticas, conhecimentos, relação com o lugar, criatividade, diversões e brincadeiras das infâncias dos velhos moradores dos morros que fazem o entorno da Faculdade de Formação de Professores, uma esperança de que estas atravessem as gerações e permaneçam vivas nas crianças de hoje.

Entendemos que ao ouvir as histórias de infâncias das crianças e dos seus familiares nos projetos, abrimos a possibilidade de compreender outros lados da mesma história, sob os olhos de seus novos e antigos moradores. Nesse sentido, pretendemos aqui escovar as histórias de infâncias e das próprias favelas dos Morros do Feijão e da Coruja a contrapelo, nas vozes de seus antigos moradores.

Há um comprometimento com a escuta dessas vozes e uma postura ética e atenta ao seu registro, ressaltando o valor da reconstrução das reminiscências de um determinado grupo. A memória é um elemento constituinte da identidade pessoal e coletiva. É seletiva e nem tudo se consegue guardar. A memória pode anunciar uma identidade e é a sua base. As revelações por meio de negociação e apropriação de reminiscências do passado refletem e reafirmam uma identidade.

AS TENDAS LITERÁRIAS: HISTÓRIAS E NARRATIVAS COMO INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA JUNTO À INFÂNCIAS NAS PRAÇAS DA CIDADE

Nossas Tendências Literárias, nascem como parte de uma das ações do Projeto de Iniciação Científica, “Rodas de Contação e Leitura de Histórias na Praça: Pretextos para encontros entre a comunidade acadêmica e a comunidade do Paraíso”. A Tenda Literária acontece quinzenalmente, desde setembro de 2018, na Praça que se localiza em frente ao nosso Campus Universitário. Atualmente conta com um acervo de aproximadamente 150 livros literários. As ações de mediação de leitura (QUEIROZ, 2014) com crianças, adolescentes e adultos são dinamizadas por nós, professoras do ensino superior, uma bolsista com financiamento e seis bolsistas voluntários.

A Tenda Literária é nossa estratégia de intervenção comunitária (FREIRE, 1987), para atingir os seguintes objetivos propostos pelo projeto: promover o encontro entre a comunidade acadêmica e a comunidade local através de diálogos provocados pela literatura; ampliar o campo formativo dos estudantes de graduação; desenvolver vínculos afetivos e mútua partilha de conhecimentos entre os estudantes de graduação e membros da comunidade local; explorar a praça como espaço de encontro entre a cultura acadêmica e a cultura local, deixando nela impressões/ marcas dos encontros desenvolvidos (varais com produções feitas a partir de nossos encontros); reconhecer as narrativas cotidianas dos participantes como elementos potencialmente literários; investigar informações sobre a literatura e o folclore local; explorar a literatura infanto-juvenil brasileira e internacional nas rodas de contação/leitura dinamizadas em praça pública; compartilhar e co-construir com os sujeitos que degustam a Praça como espaço de lazer e dos que nelas encontram-se de passagem, narrativas que serão temas centrais das rodas de contação/leitura de histórias, e; investigar as experiências de leitura e os gostos literários dos sujeitos que interagem com a Tenda Literária.

O trabalho indissociado de pesquisa e extensão que vimos desenvolvendo com a dinamização das Tendências Literárias, tem nos possibilitado uma maior aproximação da comunidade que fica no entorno ao nosso Campus Universitário. Temos investigado não apenas suas experiências com a leitura e com a literatura, mas escutado as leituras sobre o que representa aos moradores ter uma Faculdade Pública tão próxima geograficamente, mas tão distante ideologicamente. Aliás, por sabermos que poucos são os moradores locais que frequentam nosso Campus seja na condição de estudante de graduação, de participantes das pesquisas e/ou dos projetos de extensão, é que o projeto tem esse desenho: ir para praça, pensar suas ações para fora dos muros da universidade.

Reconhecemos que um dos principais desafios que a universidade enfrenta é pensar estratégias de aproximação da cultura acadêmica à cultura popular (VELHO, 1993), pensar caminhos nos quais a população em seu entorno consiga sentir-se parte desta comunidade acadêmica, ainda que nela não se encontre formalmente matriculada como estudante. No contraponto desse desafio, também pensamos ser importante que os estudantes de graduação consigam compreender que o seu processo formativo está vinculado, diretamente ao diálogo com essa população. Portanto, seu envolvimento em

atividades de pesquisa, pode lhes servir de laboratório, trazendo-lhes a oportunidade de experimentar os conhecimentos acadêmicos em diálogo com os modos como a comunidade local os interpreta, transforma e compreende a função social que estes possuem. Acreditamos que este movimento potencializa à formação de nossos estudantes e aproxima a comunidade local do ambiente acadêmico.

Sabemos que convidar à população para o espaço acadêmico é importante. Contudo, também acreditamos na potência da universidade sair ao encontro da população, o que a tira da sua “zona de conforto” e a convoca a trabalhar em um espaço de tensão. Isso a desafia a reinventar o seu trabalho educativo. Nossa compreensão é de que as praças de modo geral se revelam simbolicamente como uma “encruzilhada” nas cidades. Portanto, um lugar por onde as pessoas passam, se esbarram e se encontram umas com as outras e/ou que servem como “ponto” de observação para o mundo. Trata-se também de um lugar de festa, ponto de encontro de manifestações.

Assim, reconhecemos e retomamos a importância histórica das praças, como revelam os estudos de Bakhtin (2010): “A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra” (p. 132).

Também, não podemos esquecer que nossos ancestrais indígenas e africanos sempre se utilizaram das praças de suas tribos como ponto de encontro dos membros da comunidade. Ela representava em certa medida o espaço seguro de cada tribo, no qual as crianças podiam brincar e a vida era coletivamente compartilhada pela oralidade e pelo reconhecimento das histórias, costumes e tradições sociais daquele povo. Nelas aconteciam festividades, ritos de passagem e julgamentos.

Neste sentido, pensamos que ter uma intervenção comunitária (FREIRE, 1987) na praça é uma importante estratégia de buscar formas de elucidar estes sentidos e de se fazer presente na vida da população em seu entorno, não somente como uma estrutura física. Mas, deixando claro à população o seu papel social, seu compromisso em servi-la e com ela compartilhar o conhecimento que a comunidade acadêmica produz.

Um conceito importante na composição metodológica destes projetos é o de diálogo, a partir dos escritos de Paulo Freire (1983). Defendemos que somente no movimento de (des)encontros e de diálogos podemos construir uma noção de pertencimento ao lugar. Os estudos de Freire nos ajudam nesta compreensão:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo, vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas (1983, p. 43).

Nos encontros dialógicos podemos compartilhar culturas e saberes. Deste modo, o diálogo é uma das perspectivas metodológicas deste projeto. Escutar o outro não para subalternizá-lo, mas para ampliar o reconhecimento de nossa alteridade. Portanto, no diálogo, na comunicação, na escuta, no estranhamento, na tensão e em atitude de respeito mútuo, podemos não somente aprender mais sobre o outro, mas, sobretudo sobre nós mesmos. Considerando estes princípios metodológicos, reafirmamos a importância dos estudos etnográficos e o diálogo como um *paradigma de pesquisa* nos projetos realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA QUE PROVISÓRIAS

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através de seu próprio processo de viver. (Milton Santos, 1996)

Nas ações extensionistas dos *Sábados no Paraíso* e nas *Tendas Literárias* vimos corroborando um desejo de bem comum compartilhado da/na cidade, sendo os encontros mensais uma possibilidade política e pedagógica de continuar o diálogo com Freire (1992), sobretudo, porque consideramos que extensão na perspectiva da educação popular é “comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (p.69). Nesse sentido, o diálogo com o referencial teórico-metodológico freireano, tem nos oportunizado viver a experiência tanto dos Sábados no Paraíso quanto das Tendas Literárias como uma experiência ética, estética, pedagógica e política, ampliando a nossa comunidade de aprendentes, na qual professores(as), estudantes, crianças e seus familiares buscam pensar sobre a experiência estética e sensível que atravessa a humanidade de cada um de nós, sobretudo pelo trabalho de complexificação do olhar frente ao desafio da narrativa fílmica e do poder de uma bela história.

Para concluir, sempre assumindo a provisoriidade de nosso texto, esperamos que a leitura deste artigo possa produzir uma vontade de conhecer mais os projetos aqui apresentados, espaço de democratização de uma universidade pública, de extensão popular e intervenção comunitária que intenciona freireanamente sensibilizar a todos, crianças e adultos para a construção de um mundo mais fraterno, menos desigual e mais justo, no qual os valores da amizade, coragem, amor e a compreensão de nossas diferenças, e luta contra as desigualdades, se apresentam como condição indispensável à construção de uma universidade e um mundo efetivamente plurais, portanto democráticos e no qual possamos dizer os nossos nomes, sobretudo em tempos que se anunciam tenebrosos e de novas e urgentes (re)existências por construir.

A questão da ocupação da praça a partir de atividades de cinema e de literatura, a sua transformação como um lugar de partilha e de pertencimento nos leva ao diálogo com Santos (1994), em sua formulação teórica sobre *epistemologia existencial*, posto que o local adquire centralidade frente à questão do mundial na contemporaneidade. Em sua epistemologia, Milton Santos nos instiga a realizar o exercício de estudar o que cada local tem de singular, de específico, de diferente.

A partir das diferentes vozes dos sujeitos com os quais partilhamos as experiências extensionistas, tanto dos Sábados no Paraíso quanto das Tendas Literárias na praça, vimos aprendendo enquanto grupo de pesquisa, que uma *epistemologia da escuta* (ROCHA, 1999) e uma *intervenção comunitária* (FREIRE, 1987) exige um longo e complexo trabalho de voltar-se para o outro, para esse outro cuja alteridade nos convoca ao pensamento, ao diálogo, à práxis e à compreensão da importância da universidade voltar-se para o seu território de ação. Desse movimento, vivido como um deslocamento tenso e radical eu/nós emergem inúmeras questões, que refletem e refratam em nossas pesquisas, tais como as histórias dos sujeitos entrevistados, sua relação com a Educação Popular, seu papel como lideranças comunitárias, sua relação com o lugar e o impacto da violência urbana sobre suas vidas. Todas essas questões e tantas outras nos instigam a pensar a importância da extensão universitária como um modo potente de democratizar a universidade pública, produzindo resistências e *inéditos viáveis* na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais** – 7ª edição. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

CUNHA, L.A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, A.L.G. & FINCO, D. **Sociologia da Infância no Brasil (Orgs.)**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

FANTIN, Monica. Cinema e Imaginário infantil: a mediação entre o visível e o invisível. In: **Educação e Realidade**. V. 34, nº 2. Porto Alegre, UFRGS. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____ **Extensão ou comunicação?** 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____ **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Demográfico Nacional. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2010.

LESBAUPIN, Y. **Poder local e exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ROCHA, Eloísa A.C. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil. Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil**. Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1996.

STRECK, D. *et al.* **Educação Popular e Docência**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.

VAINER, C. B. Planejamento e Território: Ensaio sobre a desigualdade. In: **As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Cadernos do IPPUR/UFRJ, ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002.

VELHO, Gilberto. Cultura popular e sociedade de massas: uma reflexão antropológica. **Piracema Revista de Arte e Cultura**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - MEC, 1993.

TRILLA, J.B. Cidades Educadoras: bases Conceituais. IN: **Cidades Educadoras**. Zainko, M. A. (org.).Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

WELFFORT, Madalena Freire. **Observação, Registro e Reflexão: instrumentos metodológicos**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996, 2ª edição.

[1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.